COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.393, DE 2010

Susta os efeitos do Decreto nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009.

Autor: Deputado Luiz Carlos Hauly

Relator: Deputado Walney Rocha

I - RELATÓRIO

O projeto sob exame destina-se a sustar os efeitos do Decreto nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009, que “aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, e dá outras providências”. Foram apensados, com intuito idêntico e textos distintos, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 2.395, de 2010, subscrito pelo Deputado Mauro Nazif, e 2.603, de 2010, de autoria do Deputado Maurício Rands.

Na justificativa da proposição, o autor alega que o decreto em questão “provocou uma profunda alteração na estrutura organizacional da FUNAI, sobretudo com a extinção de Administrações Regionais em diversas unidades da federação”. Na opinião do parlamentar, essa alteração foi promovida “em detrimento do princípio da equidade de tratamento entre as unidades da federação”, tendo em vista que “estados com menor número de índios foram contemplados com uma maior estrutura administrativa”. Ainda segundo o signatário do projeto, a norma administrativa impugnada teria rompido os termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de acordo com a qual haveria “necessidade de consulta prévia aos povos indígenas interessados acerca de alterações na estrutura administrativa dos órgãos responsáveis pelas políticas e programas que lhe são concernentes”.

Por sua vez, o Deputado Mauro Nazif sustenta, na justificativa da primeira proposição apensada, que o decreto impugnado, ao extinguir as administrações regionais da Funai, teria sido contaminado por um procedimento “não condizente com a boa prática democrática” e colidiria com “obrigações da União definidas em diversos dispositivos constitucionais, como sejam a proteção à organização social, aos costumes, à posse da terra e aproveitamento de seus recursos por parte das populações indígenas”. Já o Deputado Maurício Rands, signatário da última proposição apensa, funda seus argumentos na situação do Estado de Pernambuco, privado de representação da Funai não obstante a expressiva população indígena nele residente.

II - VOTO DO RELATOR

O decreto impugnado pelas proposições sob exame viola normas constitucionais, ou expressas, isto é, inseridas na Carta, ou dela integrantes por força de seus próprios dispositivos, tendo em vista a atribuição de *status* constitucional a tratados celebrados pelo Brasil relativos a direitos humanos. No primeiro caso, reputa-se fragilizada a parte final da alínea *a* do inciso VI do art. 86 da Constituição, que veda a edição de decreto presidencial quando se tem em vista a “criação ou extinção de órgãos públicos”, o que desenganadamente se registra quando se produziu, com a publicação do decreto, a eliminação de inúmeras unidades da Fundação Nacional do Índio.

A segunda falha é mais grave e atinge o decreto em seu todo. É que a alínea *a* do art. 6º da Convenção nº 169 da OIT (que adquiriu hierarquia constitucional a partir da Emenda Constitucional 45/2004), por sinal invocada pelo autor da proposição principal, de fato obriga o governo brasileiro a consultar as populações indígenas “cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”.

Ocorre que tal cautela não foi cumprida, pelo que se depreende das palavras do próprio Presidente da Fundação, em entrevista concedida ao portal do Ministério da Justiça e a seguir parcialmente transcrita.

“A publicação do Decreto 7.056 irá extinguir as Administrações Executivas Regionais e os Postos

Indígenas? Neste sentido, os índios ficarão sem atendimento?

Márcio Meira - A reestruturação da Funai vem sendo discutida há duas décadas, no mínimo. Há muitos anos a população indígena reclama pela reestruturação e fortalecimento da Funai. E o presidente Lula foi quem teve a coragem de promover esta reestruturação. Fazendo o quê? Abrindo vagas para a Funai por meio de concurso público, realizando um aumento do salário dos servidores, melhorando a capacitação desses servidores e criando novas estruturas. Agora, essa nova organização funcional foi publicada por esse decreto coroa um processo longo de reestruturação. A Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) criada pelo presidente Lula, recebeu as informações da Funai em relação aos princípios gerais dessa reestruturação, principalmente os princípios de participação, de protagonismo dos índios nessa nova forma de gestão, que é uma gestão participativa. Recebemos também orientações muito importantes dos órgãos de controle, do Tribunal de Contas da União, porque a Funai apresentava também muitos problemas de execução financeira. Por isso, muitas medidas também foram levadas em conta para que a eficiência e a eficácia da aplicação desses recursos fosse realizada e esse problema está sendo sanado com o decreto.”

Curiosamente, portanto, embora a nova estrutura preveja uma “gestão participativa”, não foi adotado, pelas palavras do Presidente da Funai, o cuidado de se garantir essa “participação” no prazo determinado pelo ordenamento jurídico, isto é, no momento em que dela se cogita. Por força do compromisso internacional que assumiu, guindado à posição de norma constitucional em decorrência do entendimento atribuído a questões dessa natureza pelo legislador constituinte derivado, o Brasil não pode se dar ao luxo de afetar o sistema administrativo destinado a proteger povos indígenas sem consultar as respectivas lideranças.

Vota-se, pois, pelo acolhimento da proposição principal e pela rejeição das apensas, que alcançam o mesmo objetivo, mas com textos menos precisos.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado WALNEY ROCHA
Relator